

Fonte O Estado de São Paulo Class.: 284

Data 20 de fevereiro de 1979 Pg.: \_\_\_\_\_

### **Anai contesta emancipação**

"Alfalate tomou a iniciativa como se realmente fosse o líder da tribo raingang. É sabido que o cacique Alfalate foi imposto pelo órgão de assistência aos índios, e não resistiria a uma escolha livre como deveria ser o costume tribal. De índio, ele só tem o nome." Assim, o vice-presidente da Anai — Associação Nacional de Apoio ao Índio —, Júlio Gaiger, explicou o pedido de emancipação dos índios raingang enviado à Brasília — pedido que só contou com a assinatura do cacique Alfalate.

Gaiger atribuiu o fato à política indigenista praticada pela Funai. O vice-presidente, embora tenha concordado com o general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Funai, quanto

a não ver possibilidade de que uma tribo venha a se emancipar, discorda dele quando afirma que "não acredita que, mesmo tendo condições, alguma tribo deseje sua emancipação".

Júlio Gaiger lembrou que os órgãos de proteção e apoio ao índio "têm agido sempre no sentido de tomar o índio por um branco, integrando-o à comunidade nacional, ao invés de procurar assisti-lo, respeitando seus hábitos, cultura e tradições".

Sobre o projeto de emancipação "coercitiva", pedida pelo ministro Rangel Reis, perguntou: "Se os índios não estão em condições de se emancipar, por que a pressa em elaborar o projeto?"

### **Sustada venda de madeira**

A retirada de madeira da reserva indígena de Votouro, no Rio Grande do Sul, foi suspensa — informou ontem o delegado regional do IBDF, Paulo Machado de Campos. O fato foi constatado por um fiscal do órgão que, atendendo à denúncia de 450 kaingangs daquela área, esteve na reserva na semana passada. Os índios acusavam o chefe do posto de — aproveitando-se da autorização concedida pela Funai para vender madeira desvitalizada — estar também vendendo árvores em pé.

Mesmo para vender madei-

ra desvitalizada, porém, o chefe do posto terá de obter autorização do IBDF. Como ele tinha apresentado ao fiscal o documento expedido pela Funai, no ano passado, autorizando a transação, o delegado do IBDF encaminhou um pedido de informações a Brasília e sugeriu a criação de uma comissão com representantes dos dois órgãos, para que outros pedidos semelhantes possam ser estudados em comum acordo. Todas as reservas indígenas são consideradas áreas de preservação permanente.